

CADERNO *LAUDATO SI'* POR UMA ECOLOGIA INTEGRAL

O SÃO PAULO

Edição 20
28 de janeiro de 2026



Com Leão XIV, a Igreja continua a defender o cuidado da casa comum

Daniel Gomes

Em diferentes discursos nestes primeiros meses de seu pontificado, o Papa Leão XIV tem reafirmado o compromisso da Igreja com a ecologia integral e exortado ao cuidado da casa comum, temáticas que ganharam ressonância após a publicação, em 2015, da encíclica *Laudato si'* (LS) pelo Papa Francisco.

Leão XIV não apenas tem reiterado os alertas sobre os impactos danosos da ação humana sobre o meio ambiente, mas também lembrado da responsabilidade que Deus confiou ao ser humano de “cuidar de todas as outras criaturas, respeitando o desígnio do Criador”, como afirmou, em 5 de setembro, ao inaugurar, em Castel Gandolfo, o Borgo Laudato si', idealizado por seu antecessor.

CONVERSÃO ECOLÓGICA

Leão XIV tem sublinhado que o efetivo cuidado com a criação passa pela conversão ecológica. Em visita anterior ao Borgo Laudato si', em 9 de julho, pediu aos participantes da missa pelo Cuidado da Criação que rezassem “pela conversão de tantas pessoas, dentro e fora da Igreja, que ainda não reconhecem a urgência de cuidar da nossa casa comum. Inúmeros desastres naturais que ainda vemos no mundo quase todos os dias em muitos lugares e em muitos países, são, em parte, causados pelos excessos do ser humano, com o seu estilo de vida. Por isso, devemos perguntar-nos se nós

mesmos estamos a vivendo ou não essa conversão: quanto ela é necessária!”.

Em outubro, na conferência internacional ‘Raising Hope for Climate Justice’, em Roma, o Pontífice pediu que cada pessoa ouça o próprio coração, “onde se encontra a identidade última e onde se formam as decisões. Somente por meio de um regresso ao coração pode ocorrer também uma verdadeira conversão ecológica. É preciso passar da coleta de dados para a atenção aos cuidados; dos discursos ambientalistas para uma conversão ecológica que transforme o estilo de vida pessoal e comunitário. Para quem crê, trata-se de uma conversão não diferente daquela que nos orienta para o Deus vivo, pois não se pode amar o Deus que não se vê, desprezando as suas criaturas, e não se pode dizer que somos discípulos de Jesus Cristo sem participar no seu olhar sobre a criação e no seu cuidado pelo que é frágil e ferido”.

JUSTIÇA AMBIENTAL

Na mensagem para o 10º Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação, celebrado em 1º de setembro, Leão XIV apontou que “junto à oração, são necessárias vontades e ações concretas que tornem perceptível esta ‘carícia de Deus’ sobre o mundo (LS 84)... Por todo o lado, a injustiça, a violação do direito internacional e dos direitos dos povos, a desigualdade e a ganância provocam o desflorestamento, a poluição, a perda de biodiversidade”.

No mesmo texto, o Papa ressaltou que a justiça ambiental “representa

uma necessidade urgente que ultrapassa a mera proteção do ambiente. Trata-se verdadeiramente de uma questão de justiça social, econômica e antropológica. Para os que creem em Deus, além disso, é uma exigência teológica, que para os cristãos tem o rosto de Jesus Cristo, em quem tudo foi criado e redimido”.

IMPACTOS SENTIDOS PELOS MAIS FRÁGEIS

Na referida mensagem, o Papa lamentou que a natureza tenha se tornado “um instrumento de troca, uma mercadoria a negociar para obter ganhos econômicos ou políticos. Nestas dinâmicas, a criação transforma-se em um campo de batalha pelo controle dos recursos vitais, como testemunham as zonas agrícolas e as florestas que se tornaram perigosas por causa das minas, a política da ‘terra queimada’, os conflitos que eclodem em torno das fontes de água, a distribuição desigual das matérias-primas, penalizando as populações mais fracas e minando a própria estabilidade social”.

Essa preocupação também aparece na exortação apostólica, *Dilexite* (DT), publicada em outubro, na qual o Papa cita trechos da *Laudato si'*: “Não podemos deixar de considerar os efeitos da degradação ambiental, do modelo atual de desenvolvimento e da cultura do descarte sobre a vida das pessoas”. [LS 43] Com efeito, ‘a deterioração do meio ambiente e a da sociedade afetam de modo especial os mais frágeis do planeta’. [LS 48]” (DT 96).

AOS LÍDERES MUNDIAIS: TRANSFORMAR PALAVRAS EM AÇÕES

Leão XIV também tem cobrado atitudes dos líderes mundiais, como fez no discurso aos participantes da COP30, a conferência da ONU sobre mudanças climáticas, em Belém (PA), em novembro.

No texto lido pelo Cardeal Pietro Parolin, Secretário de Estado do Vaticano, o Santo Padre apontou que a paz está sendo “ameaçada pela falta do devido respeito pela criação, pelo saque dos recursos naturais e pelo agravamento progressivo da qualidade de vida causado pelas alterações climáticas”. Ele enfatizou que tal situação requer uma “cooperação internacional e um multilateralismo coeso e capaz de olhar em frente, que coloque no centro a sacralidade da vida, a dignidade dada por Deus a cada ser humano e o bem comum”.

“É essencial transformar as palavras e as reflexões em escolhas e ações baseadas na responsabilidade, na justiça e na equidade, a fim de alcançar uma paz duradoura, cuidando da criação e do próximo”, enfatizou.

NOVA ARQUITETURA FINANCEIRA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No discurso à COP30, Leão XIV também exortou a uma conversão ecológica que “possa inspirar o desenvolvimento de uma nova arquitetura financeira internacional centrada no ser humano, que garanta que todos os países, especialmente os mais pobres e os mais vulneráveis às catástrofes climáticas, consigam atingir o seu pleno potencial e ver a dignidade dos seus cidadãos respeitada”.

Tratou, ainda, sobre a necessidade de uma educação em ecologia integral “que explique a razão pela qual as decisões em nível pessoal, familiar, comunitário e político moldam o nosso futuro comum, sensibilizando ao mesmo tempo para a crise climática e encorajando mentalidades e estilos de vida que melhor respeitem a criação e salvaguardem a dignidade da pessoa e a inviolabilidade da vida humana”.

Durante o evento, as conferências e conselhos episcopais da África, Ásia, América Latina e Caribe publicaram o documento “Um chamado por justiça climática e a casa comum: conversão ecológica, transformação e resistência às falsas soluções”, cujos tópicos principais apresentamos nas páginas seguintes. Também nesta edição do *Caderno Laudato si'* - *Por uma Ecologia Integral*, destacamos filmes, jogos e passeios que estimulam a revisão de hábitos para uma vivência mais harmônica do ser humano com o meio ambiente.

Daniel Gomes é jornalista, redator-chefe do *O SÃO PAULO* e editor do *Caderno Laudato si'* - *Por uma Ecologia Integral*

Os apelos da Igreja na África, Ásia e América Latina e Caribe por justiça climática

Daniel Gomes

Durante a COP30, em novembro de 2025, em Belém (PA), os representantes do Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho (Celam), da Federação das Conferências Episcopais da Ásia (Fabc) e do Simpósio das Conferências Episcopais da África e Madagascar (Secam) lançaram o documento “Um chamado por justiça climática e a casa comum: conversão ecológica, transformação e resistência às falsas soluções”, que antes foi apresentado ao Papa Leão XIV, em julho do ano passado.

O texto exorta os líderes governamentais a trabalharem pela efetiva implantação do Acordo de Paris e faz um chamado à Igreja e a todas as pessoas para que “vivam a ‘conversão ecológica’ (Papa Francisco) e enfrentem ‘as feridas causadas pelo ódio, pela violência, pelos preconceitos, pelo medo da diferença e por um paradigma econômico que explora os recursos da Terra e marginaliza os mais pobres’ (Papa Leão XIV)”.

EQUIDADE, JUSTIÇA E PROTEÇÃO

Os signatários enfatizam que limitar o aquecimento global a 1,5°C aos níveis da era pré-industrial é urgente para evitar efeitos catastróficos, e indicam três caminhos indispensáveis para tal:

Equidade: “As nações ricas devem pagar sua dívida ecológica com um financiamento climático justo, sem dividir ainda mais o Sul, para reparar perdas e danos e promover resiliência na África, América Latina e Caribe, Ásia e Oceania”

Justiça: “Promover o decrescimento econômico e acabar com os combustíveis fósseis, interrompendo todas as novas infraestruturas e taxando adequadamente aqueles que se beneficiaram deles, inaugurando uma nova era de governança que inclua e priorize as comunidades mais afetadas pelas crises do clima e da natureza”.

Proteção: “Defender os povos indígenas e tradicionais, os ecossistemas e as comunidades empobrecidas; reconhecendo a maior vulnerabilidade de mulheres, meninas e novas gerações; e a migração climática como um desafio de justiça e direitos humanos”.

AÇÕES CONCRETAS

No documento, também se aponta que as soluções a serem pensadas “devem unir justiça, ecologia, direitos da natureza e dignidade humana”, bem como levar em conta a ecologia integral, a qual “propõe uma mudança estrutural nas economias e nos modelos de desenvolvimento, superando paradigmas tecnocráticos e extrativis-



tas que perpetuam a exploração dos povos e a degradação ambiental”.

Os signatários instam os tomadores de decisão a algumas ações concretas, entre as quais:

- ✓ O cumprimento do Acordo de Paris e a implementação das NDCs – compromissos assumidos por cada país para reduzir a emissão de gases de efeito estufa e de adaptação às mudanças do clima – à altura da urgência da crise climática;
- ✓ Transformação do sistema econômico em um modelo restaurador que priorize o bem-estar das pessoas e garanta condições para a vida sustentável no planeta;
- ✓ Promoção de políticas climáticas e de natureza ancoradas nos direitos humanos;
- ✓ Compartilhamento e implementação de soluções tecnológicas éticas, descentralizadas e apropriadas;
- ✓ Alcance do desmatamento zero até 2030 e restauração dos ecossistemas vitais;
- ✓ Que os países ricos (Norte Global) reconheçam e assumam sua dívida social e ecológica e se comprometam com um financiamento climático justo, acessível e eficaz, que não gere mais dívidas aos países mais pobres ou em desenvolvimento (Sul Global);
- ✓ Que os Estados implementem me-

canismos de governança climática com participação ativa e vinculante das comunidades, da sociedade civil e das organizações baseadas na fé;

- ✓ Adoção de políticas que transformem os ciclos produtivos e a cultura de consumo, tornando-os mais justos e sustentáveis;
- ✓ Seguimento de políticas alinhadas com os limites planetários: redução da demanda e do consumo, metas de decrescimento e transição para modelos econômicos mais circulares, solidários e restauradores.

ADVERTÊNCIAS URGENTES

O documento base é composto por oito capítulos. No primeiro, são apresentados dados sobre o aquecimento global e seus impactos ao redor do mundo: “Estimou-se recentemente que cerca de 500 milhões de pessoas viviam em áreas que sofreram desertificação recente, ou seja, entre os anos 1980 e 2000. As secas e a desertificação ameaçam diretamente as colheitas, os recursos hídricos, a segurança alimentar e estão relacionadas à pobreza, ao deterioramento da saúde e ao deslocamento. Segundo o IPCC [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas], as mudanças climáticas já contribuem

para os deslocamentos e crises humanitárias, afetando desproporcionalmente regiões como África, América Latina e Ásia”.

SOLUÇÕES INEFICIENTES E O NEGACIONISMO

O segundo capítulo aponta que o aporte financeiro de 300 bilhões de dólares anuais, acordado entre as nações na COP29, “continua insuficiente frente às necessidades reais de adaptação, mitigação e perdas e danos: por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente estima, de forma conservadora, que são necessários cerca de 500 bilhões de dólares ao ano apenas para medidas de adaptação às mudanças climáticas.

Após apontarem que há uma dívida climática do Norte Global com o Sul Global, os signatários indicam que “para saldar essa dívida climática, o Norte Global deve tomar medidas decisivas: deter o dano ambiental, investir em iniciativas para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas e compensar os danos que não podem ser revertidos [...] Não se trata apenas de fundos, mas de um roteiro claro que assegure sua chegada às comunidades mais vulneráveis”.

O texto recorda ainda, em seu capítulo terceiro, que esses efeitos são intensificados pelo negacionismo acerca do problema, já que isso influencia a postura de “governos de países indispensáveis para um acordo global para enfrentar as causas do aquecimento global”.

CAMINHOS PARA A CONVERSÃO ECOLÓGICA E SOBRIEDADE FELIZ

Após assegurarem, no capítulo 4, que a Igreja na África, Ásia e América Latina e Caribe eleva sua “voz profética que clama por paz a partir de uma conversão ecológica que transforme o modelo de desenvolvimento atual, baseado no extrativismo, na tecnocracia e na mercantilização da natureza”, os signatários listam caminhos para tal conversão ecológica – um dos conceitos centrais tratados pelo Papa Francisco na encíclica *Laudato si'* (LS) – a qual convida “a um novo estilo de vida marcado pela sobriedade feliz. Essa mudança implica uma transformação pessoal, comunitária, cultural e de valores que atravessa as estruturas políticas e econômicas”.

Entre os caminhos apontados no documento estão:

- ✓ Reduzir o consumo supérfluo e garantir o necessário para uma vida digna para todos, com limites à acumulação de riquezas, a uma economia financeirizada e a investimentos militares;
- ✓ Aumentar as iniciativas pastorais e educativas sobre o cuidado da casa comum, a ecologia integral, os

LEIA A ÍNTEGRA DO DOCUMENTO

<https://sl1nk.com/igrejasdosulglobal>

- direitos humanos, a sustentabilidade ambiental e a economia popular e solidária;
- ✓ Suscitar experiências espirituais de contemplação e amor a toda a criação, favorecendo relações de fraternidade universal com todas as criaturas, com ênfase na formação das novas gerações;
 - ✓ Garantir o acesso das comunidades à terra e a seus planos de vida nos territórios;
 - ✓ Incentivar projetos de soberania alimentar, energética e cultural;
 - ✓ Manter diálogo permanente com a comunidade científica para que as ações climáticas, baseadas nas melhores evidências, respondam às necessidades locais, regionais e globais;

AS FALSAS SOLUÇÕES

No capítulo 6 do documento, os signatários lembram que é urgente erradicar as concepções que vinculam a ideia de “progresso” e “desenvolvimento” ao uso intensivo de combustíveis fósseis. Nesse sentido, ressaltam: “É gravemente contraditório utilizar os lucros da extração de petróleo para financiar o que se apresenta como uma transição energética, sem que exista um compromisso efetivo com sua superação”.

Também fazem veementes críticas ao conceito de “economia verde”, por considerá-lo “uma lógica técnico-instrumental a serviço da reestruturação ecológica do capitalismo... Implica criar um aparato legal que ajude a precificar toda a natureza, transformada em um ativo negociável com as regras do mercado, entre aqueles que têm acesso...”.

A partir dessa perspectiva, há questionamentos sobre propostas como os “créditos de carbono”, uma vez que estes continuam a permitir que grandes poluidores emitam gases poluentes e perpetuem a exploração dos ecossistemas em benefício econômico, além de aumentar a pressão sobre as comunidades locais, levando a migrações e deslocamentos; à “mineração em nome da transição energética”, já que a “corrida por minerais como lítio, cobalto e níquel, necessários para tecnologias chamadas ‘limpas’, como baterias e carros elétricos, devasta territórios e sacrifica comunidades, especialmente no Sul Global”; e à “monocultura energética”, uma vez que os megaprojetos de energia hidrelétrica, solar e eólica são feitos sem consulta às populações locais, resultam em concentração do poder econômico e destroem os ecossistemas.

“Rejeitamos o paradigma tecnocrático explorador, mas apoiamos o desenvolvimento e a implementação de tecnologias éticas, descentralizadas e apropriadas para o desenvolvimento sustentável, projetadas e decididas conjuntamente com os povos e comunidades”, lê-se em um dos trechos.

PAUTAS ESSENCIAIS

No capítulo 7, o documento traz uma extensa reflexão sobre princípios

- e valores a serem considerados nas discussões sobre os compromissos climáticos, a fim de que não se perpetuem injustiças. Entre os aspectos mencionados estão:
- ✓ Proteção dos territórios e domínios ancestrais e a soberania dos povos originários, tradicionais, campo-



- neses e pescadores artesanais, o que inclui a não devastação das florestas do Sul Global;
- ✓ Proteção e fomento à agricultura familiar, que além da produção de alimentos coopera para a gestão sustentável da água e do solo;

- ✓ Restauração de terras degradadas, na medida em que a prevenção e reversão da desertificação são cruciais para mitigar os impactos da mudança climática e garantir a segurança alimentar, especialmente em regiões vulneráveis;
- ✓ Exigência de que os países do Nor-

- renda média que estão se tornando grandes emissores de gases de efeito estufa”.
- ✓ Adoção de um sistema econômico “que reduza a demanda e o consumo excessivo e fomentem economias solidárias, circulares e restauradoras”.
 - ✓ Abandono de um modelo econômico que “propõe crescimento infinito em um planeta finito” e transição para um modelo “regenerativo e distributivo, que reconheça os limites ecológicos do planeta e coloque o cuidado com a vida no centro, substituindo a lógica extrativista por uma economia do bem e do cuidado com a casa comum”.
 - ✓ Adoção de políticas e programas de energia renovável “descentralizados e sensíveis às necessidades das mulheres”; além de “garantir um financiamento climático equitativo que leve em conta também as necessidades das mulheres”.
 - ✓ Segurança e proteção para as cidades, cada vez mais vulneráveis a fenômenos climáticos extremos. Para tal, além da adoção de políticas de prevenção de desastres, “é essencial implementar programas sociais que promovam habitação digna e segura, saneamento básico, infraestrutura verde e solo permeável, além de projetos urbanísticos focados no transporte coletivo e na redução de emissões”.
 - ✓ Reconhecimento de que a migração climática – deslocamentos induzidos pelas mudanças climáticas – é um tema central de direitos humanos dentro de um contexto de adaptação à mudança climática.

RESISTÊNCIA, FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO E ESPERANÇA

Na conclusão do documento, os signatários enfatizam: “É hora de exigir que os Estados honrem os compromissos assumidos e impulsionem políticas públicas que fomentem a agroecologia, a reflorestação comunitária, a soberania e a segurança alimentar dos povos indígenas, comunidades tradicionais, camponesas e periferias urbanas, em profunda harmonia com a Criação”.

Convidam, ainda, para a formação de uma coalização “que una atores do Sul Global, como a Igreja, governos, povos originários, academia, organizações sociais e ecológicas, com aliados coerentes de todos os setores e países do Norte Global, comprometidos com a ética, equidade e justiça para a humanidade em todo o planeta”.

O documento é concluído com o anúncio da criação do Observatório Eclesial sobre Justiça Climática, promovido pela Conferência Eclesial da Amazônia: “Essa iniciativa acompanhará, vigiará e animará o cumprimento dos acordos das COPs, assim como denunciará os descumprimentos que perpetuam o sofrimento dos povos”.

Educação Ambiental

APRESENTAMOS A SEGUIR CONTEÚDOS E VIVÊNCIAS QUE AJUDARÃO VOCÊ, SEUS FAMILIARES E AMIGOS, DE DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS, A REPENSAR HÁBITOS COTIDIANOS EM VISTA DE UMA RELAÇÃO DE MAIOR CUIDADO COM O MEIO AMBIENTE



PASSEIOS

MUSEU DA ENERGIA DE SÃO PAULO

Inaugurado em 2005, o Museu da Energia de São Paulo, mantido pela Fundação Energia e Saneamento (FES), proporciona uma visão detalhada sobre a geração e distribuição de energia elétrica no estado, além de dispor de equipamentos interativos e atividades como jogos e projeções de filmes que ajudam a refletir sobre questões da temática energética.

Um dos painéis, por exemplo, trata sobre a “energia que pode vir do lixo”, o biogás, cujo processo de geração se dá a partir da decomposição de resíduos orgânicos de origem animal, vegetal ou industrial, sendo uma fonte estável e previsível de energia limpa e com reduzidas emissões de gases de efeito estufa.

O Museu está localizado no palacete que foi residência de Henrique Santos Dumont, irmão do avião Alberto Santos Dumont, construído entre 1890 e 1894. Ao longo da visita, portanto, também é possível conhecer um pouco na história da cidade de São Paulo, especialmente de sua expansão urbana e industrial, e de como as mudanças no padrão de consumo das famílias, por exemplo com o uso de eletrodomésticos a partir da segunda metade do século XX, demandou aprimoramentos nas estruturas de geração e transmissão de energia.

Visite

Alameda Cleveland, 601, Campos Elísios, centro de São Paulo

Aberto de quinta-feira a sábado, das 10h às 17h

Instagram: @museudaenergia

E-mail: saopaulo@museudaenergia.org.br

Site: <https://www.energiaesaneamento.org.br>

CINEMA/DOCUMENTÁRIO

LIXO EXTRAORDINÁRIO

Durante dois anos, o artista plástico brasileiro Vik Muniz vivenciou o cotidiano do aterro sanitário do Jardim Gramacho, em Duque de Caxias (RJ). A proposta era fotografar um grupo de catadores de materiais recicláveis para retratá-los com sua arte, mas ele acabou surpreendido por suas histórias e lutas por uma vida digna, em meio à realidade desoladora. Tudo isso é contado no documentário “Lixo Extraordinário”, lançado em 2009, com direção da inglesa Lucy Walker, em parceria com João Jardim e Karen Harley.

A produção recebeu inúmeros reconhecimentos no ano de 2010: Prêmio Anistia Internacional no Festival de Berlim; Melhor Documentário na International Documentary Association (IDA), em Los Angeles; e Melhor Documentário Internacional eleito pelo público e indicado ao Prêmio do Júri no Festival de Sundance, nos Estados Unidos.

É possível encontrar o documentário em muitos canais do YouTube (<https://www.youtube.com> - na barra de busca digite “Lixo Extraordinário”). A duração é de 94 minutos.

Que possa ser promovida uma educação em ecologia integral que explique a razão pela qual as decisões em nível pessoal, familiar, comunitário e político moldam o nosso futuro comum, sensibilizando ao mesmo tempo para a crise climática e encorajando mentalidades e estilos de vida que melhor respeitem a criação e salvaguardem a dignidade da pessoa e a inviolabilidade da vida humana.

(Papa Leão XIV em discurso enviado aos participantes da COP30 - novembro de 2025)



SEUS HÁBITOS

7 DICAS PARA ECONOMIZAR ÁGUA NO DIA A DIA

A intensa onda de calor no estado de São Paulo e o baixo nível das represas do Sistema Integrado Metropolitano, operando com cerca de ¼ de sua capacidade, têm feito as autoridades alertarem a população sobre a necessidade do uso consciente de água. Veja a seguir algumas dicas práticas:

- 1. Escove os dentes com a torneira fechada:** isso ajuda a economizar até 12 litros de água por vez, o equivalente a 24 garrafinhas de 500ml;
- 2. Tome banhos mais curtos:** uma redução de 5 minutos já levará a uma economia de até 80 litros a cada banho, o equivalente a 160 garrafinhas de 500ml;
- 3. Ensaboe a louça com a torneira fechada:** isso evitará que se desperdice até 80 litros de água;
- 4. Lave o carro com balde em vez de mangueira:** neste caso, a economia de água beira os 300 litros, quase o volume de uma caixa de água pequena;
- 5. Evite o uso desnecessário de água potável:** a limpeza das áreas externas de uma casa, como o quintal, pode ser feita com a água acumulada da chuva ou aquela descartada após o enxague da máquina de lavar roupas;
- 6. Feche completamente as torneiras após o uso:** mais de 20 litros de água podem ser desperdiçados em um dia por causa de uma torneira pingando;
- 7. Certifique-se de que não há vazamentos de água:** confira se não existem vazamentos em canos ou no registro de água, bem como se o chuveiro ou o vaso sanitário ficam pingando quando estão em desuso.

Fontes: Sabesp, Associação Brasileira de Recursos Hídricos e Instituto Trata Brasil

É BRINCANDO QUE SE APRENDE



JOGO RECICLANDO

Conscientizar, de uma forma lúdica, todas as gerações sobre o descarte adequado de resíduos é o grande propósito do Jogo Reciclando, desenvolvido pelos comitês das bacias hidrográficas do Babitonga e do Itapocu, em parceria com a Univille Universidade.

O jogo, composto de 66 cartas, é recomendado para pessoas a partir dos 6 anos de idade. Vence a disputa quem conseguir descartar todas as cartas que tenha na mão. Cada participante deve jogar, na sua vez, uma carta de mesmo resíduo, cor de lixeira da carta ou resíduo correspondente à cor da lixeira da carta.

Todo o material do jogo está disponível no portal do Sistema de Informações de Recursos Hídricos de Santa Catarina. Faça o **download** gratuito no **link** a seguir, imprima o material e divirta-se com a família e os amigos:

<https://curt.link/HeStw>